

ENTREVISTA DA SEMANA

Municípios têm de se preparar para o fim da guerra fiscal, alerta especialista

As sete cidades precisam reservar em seus planos diretores áreas destinadas à implantação de indústrias. A orientação é do diretor do Instituto Fundação Santo André, Kleber Okumura Paiva. Ele diz que, com o fim da guerra fiscal, previsto para 2032, o Grande ABC poderá reverter o processo de fuga de empresas, já que, por possuir localização privilegiada, deve atrair negócios.

Política 4

entrevista da semana

Kleber Paiva, empresário e diretor do Instituto Fundação Santo André

‘Cidades têm de fazer a lição de casa até 2032’

CLEBER FERRETTI / cideferre@igabc.com.br

Um dos mais renomados empresários do ramo contábil do Grande ABC e diretor do Instituto Fundação Santo André, Kleber Okumura Paiva chama a atenção para a necessidade dos municípios do Grande ABC

se prepararem para a entrada em vigor definitiva da Reforma Tributária, em 2032, situação que, segundo ele, criará regras econômicas iguais para todos, permitindo mais a Guerra Fiscal, que acontece a região nos últimos anos e pode ter contribuído para o processo de desindustrialização. O economista fala sobre a necessidade das cidades reservarem áreas e atualizarem seus planos diretores de modo que propiciem o acesso às rodovias, sobretudo para o desenvolvimento econômico das sete cidades.



Nome: Kleber Paiva Estado civil: Casado Idade: 68 anos Local de nascimento: Santo André, Hosieta Barreto Formação: Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas. Pós-graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo. Local predileto: Interior de São Paulo. Livro que recomenda: Os Miseráveis, de Victor Hugo. Artista que mais gosta: Jairo. Profissão: Empreendedor. Outras atividades: IFCN

O que é o Instituto Fundação Santo André e qual a sua função?

O Instituto Fundação Santo André é um braço de fomento à Fundação Santo André para buscar recursos por meio de serviços que ajudem a alimentar os custos da instituição. A entidade viveu anos difíceis, teve um crescimento muito grande e chegou na casa dos 10 mil alunos. Criou a Faculdade de Engenharia e construiu novas instalações, o laboratório. Só que de alguns anos para cá houve o boom do ensino superior, o que aumentou a concorrência e reduziu bastante o número de alunos ingressando na instituição andressense. Outra coisa é que grande parte dos professores da instituição tem concursos, com estabilidade e com alto salário comparado ao mercado. Mais uma vez vem a concorrência pagando menores salários e tendo menos custo administrativo do que a Fundação. Dessa maneira, a entidade teve que buscar novos meios de subsídios, precisando captar recursos por meio de parcerias com empresas tipo Mercedes ou Ford. Em determinado momento, discutiu-se a possibilidade de prestar serviço para as Prefeituras e também para a iniciativa privada, e uma das formas sugeridas foi a criação do Instituto. A proposta passou pelo Conselho da instituição, teve a aprovação do Ministério Público e então foi autorizada sua criação.

O Instituto tem cumprido esse papel de trazer recursos financeiros para a Fundação Santo André? Podemos dizer que o Instituto ainda engatinha. Nós temos um core, alguns trabalhos já executados de concursos, de educação, de escola de governo, o que tem servido para arrecadar alguns valores, mas nada substancial, que tenha impactado de forma significativa nos cofres da instituição. Porém, há uma expectativa de que nos próximos anos isso possa crescer.



“A partir de 2032, investir na região será tão interessante quanto investir em outro lugar.”

Com relação à saúde financeira da instituição, depois de ter enfrentado uma crise, é possível dizer que a Fundação Santo André está com as contas equilibradas, nos eixos? Sem dúvida, a Fundação Santo André hoje está em uma realidade financeira diferente, mas ainda não 100% confortável, porém, muito melhor do que anos atrás, como entre 2015 e 2018, por exemplo. Hoje uma nova política administrativa instituída ainda pelo então reitor Francisco Milreu, que, por questões internas, acabou deixando a instituição, e continuada pelo atual reitor, Rodrigo Cutri, que tem feito um ótimo trabalho e ajudado muito a instituição. Foram obrigados a cortar na carne um quadro especial de docentes, fizeram uma renovação que permitiu sanear as finanças e a instituição vem conseguindo agregar novos

alunos. Hoje, eu diria que a situação está muito melhor, sem dúvida, o que considero fator preponderante para a região ser acometida pela guerra fiscal nos últimos anos. O Grande ABC não tem sido favorável para novos investimentos. Isso é fato. Agora, mais do que nunca, os municípios precisam se preparar para 2032, quando a Reforma Tributária entra definitivamente em vigor. Com isso, investir na região se torna interessante quanto investir em outro município. Deste modo, quem estiver mais bem preparado, reservando áreas dentro do Plano Diretor específicas para o investimento na indústria, sobretudo na indústria de transformação, que tem alto valor agregado, pode se dar bem.

Fale um pouco mais sobre o problema de logística citado na questão anterior. Está tirando a questão da guerra fiscal, o que sobra para o Grande ABC discutir são espaços para se montar as indústrias, por exemplo. Hoje, se for preciso, é muito difícil encontrar locais que possam atrair investimentos. As Prefeituras dedicaram muitas áreas para construir habitações, mas acabaram esquecendo de deixar áreas para gerar riqueza, como a criação de indústrias das mais diversas áreas. As vezes, tem quem queira produzir, mas não tem o local para poder

monar uma indústria. E caso ainda exista um ou outro espaço, talvez já não sirva mais para aquele determinado tipo de ramo industrial porque há muitas mostradas próximas e a área acabou se tornando hostil para o negócio. Então, recapitulando, entendo que a região precisa estar cada vez mais atenta à questão das áreas, locomoção, o fácil acesso às rodovias, Rodonnel e Porto de Santos. E isso que define o tipo de investimento que será atraído no futuro.

O sr. concorda que o processo de desindustrialização mudou o perfil econômico do Grande ABC?

Sem dúvida. A região se tornou polo prestador de serviços, porém, prestador de serviço de baixo valor agregado. A grande maioria das empresas que hoje se instala por aqui é de atacarejos. Não quero depre-



“Uma população economicamente saudável é um município saudável também.”

ciar a atividade, de forma alguma. É um setor que gera empregos. Quando eu falo que a região precisa se preparar, estou me referindo à atração de empresas que gerem riqueza social e financeira, como o ramo de tecnologia, por exemplo. É mais uma vez entra a importância do Instituto Fundação Santo André, que pode contribuir com a expertise do corpo docente da instituição e unir esforços com o poder público para encontrar caminhos para um futuro melhor para o Grande ABC.

A Assembleia Legislativa está levantando o debate sobre a necessidade de uma terceira rodovia que ligue a Capital ao Litoral. O governador Tarcísio de Freitas, inclusive, já autorizou estudos sobre o tema. O que você acha dessa iniciativa?

Ela faliu que, acabando com a guerra fiscal, investir no Grande ABC será tão interessante quanto investir em qualquer lugar. A região não é o ponto mais próximo do maior porto da América Latina. Então, melhorar a malha viária só tornará a região ainda mais favorável para investimentos, sobretudo para a indústria de transformação. Uma terceira pista ligando a Capital ao Porto melhora para todo mundo, beneficia, inclusive, o escoamento de mercadorias e matérias-primas que vem de outras localidades. O Estado de São Paulo ganha com isso.

O que mais o sr. enxerga como possibilidade de desenvolvimento econômico para a região?

Por que não pensarmos em portos secos? É outro caminho que entra naquilo que não tem no futuro.

Outro assunto que o sr. tem abordado muito em suas entrevistas é o questionário do Desenvolva, do governo fe-

devel, programa para que as pessoas possam negociar suas dívidas e regularizar o nome na praça. Essa iniciativa tem funcionado?

O programa Desenvolva vem ajudando muita gente. Já são mais de R\$ 40 bilhões negociados no País. Além de oferecer a oportunidade de negociar dívidas de até R\$ 20 mil, o programa tem chamando a atenção para a questão da educação financeira, tema, inclusive, que entendo que deveria fazer parte do currículo escolar. Eu ainda não tenho estatificado o impacto do programa no Grande ABC, mas me parece que a adesão não tem atendido as expectativas. Até lá, nesse próprio Diário que o programa teria impactado somente cerca de 4% dos endividados da região. Se esses dados forem reais, acredito que está faltando o envolvimento de políticas públicas a esse respeito. Talvez seja necessário uma fiscalização entre as sete cidades e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. E preciso unir forças com o governo federal. É preciso investir mais nessa pauta porque os cidadãos-empregados são dependentes a menos na engrenagem econômica dos municípios. Já o contribuinte, que tem seu nome regular na praça é aquele que vai fazer girar a economia. Uma população saudável economicamente é um município saudável também.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política **Página:** Capa + página 4